



# Você fez tudo que podia pelo PL 6613?

1

Você participou de todos os 109 dias de greve?

SIM  NÃO

2

Você enviou todas as 12 cartas eletrônicas aos parlamentares?

SIM  NÃO

3

Você participou de todos os atos convocados pelo Sindjus?

SIM  NÃO

Se você não tiver feito tudo,  
**ainda há tempo!**



# PL 6613 domina emendas ao relatório preliminar da LOA

O Correio Braziliense afirmou em sua edição do dia 2 de novembro que os parlamentares estão querendo conceder reajuste salarial aos servidores do Judiciário. Deputados e senadores querem negociar uma saída para o impasse do funcionalismo, uma vez que a orientação da presidenta Dilma é não assumir novos compromissos. No entanto, o pleito do Judiciário é antigo, tanto que um acordo para sua votação e aprovação foi firmado ainda no governo Lula.

De olho no aumento de R\$ 25,6 bi-

lhões na expectativa de receita líquida para o próximo ano, as negociações se aprofundaram. Tanto que os líderes partidários decidiram aprovar o parecer preliminar do plano plurianual 2012-2015, que trata basicamente das regras para a apresentação de emendas à proposta, e deixaram a votação das emendas dos parlamentares para a próxima semana. Isso porque o pedido do nosso reajuste dominou boa parte das 283 emendas apresentadas ao relatório preliminar. Isso é fruto da pressão que estamos realizando

do sobre deputados e senadores.

Finalmente chegamos a um ponto em que não há como nossa luta ser ignorada pelo Congresso Nacional. Tanto que até mesmo o vice-líder do governo, deputado Gilmar Machado (PT-MG), disse que algo deve ser feito para beneficiar os servidores. O líder do PMDB, Henrique Alves (RN), tem defendido que os recursos que seriam destinados pelo relator do Orçamento às emendas de iniciativa popular sejam utilizados para atender o funcionalismo.

## Na luta para reverter o corte de salários do TST

Dia 7 de novembro (segunda-feira) será um dia fundamental para os servidores do TST. Afinal, o relator do Mandado de Segurança impetrado pelo Sindjus contra o corte de salários praticado recentemente pela administração do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Luiz Bressiani, se comprometeu, diante dos coordenadores Cleo Vieira e Newton Brum, a levar o recurso de agravo à votação nesta data.

Desde o dia 25 de outubro, os coordenadores do Sindjus ao lado de delegados sindicais e servidores do tribunal estão visitando gabinetes no intuito de reverter a Portaria que determinou o corte de salário dos servidores que participaram das greves de 2009, 2010 e 2011. O objetivo das conversas é convencer os ministros de que a possibilidade de reposição do serviço é um direito do servidor e que esse direito foi negado pelo TST quando se negou a negociar a compensação dos dias parados.

As cartas, que estão sendo entregues durante essas visitas, frisam que outras categorias do serviço público têm recebido tratamento diferenciado nas decisões do tribunal, como aconteceu no caso dos Correios, e que a reposição do serviço é mais barata do que o pagamento de hora extra, prática adotada pelo tribunal. Até a votação do agravo os coordenadores vão continuar conversando com os ministros na tentativa de construir uma reposição de dias parados que não seja prejudicial aos servidores ou à sociedade.

## MS à espera do parecer de Gurgel

O Sindjus escreveu uma carta aberta ao Procurador Geral da República, Roberto Gurgel, cobrando celeridade na apresentação de seu parecer em relação ao Mandado de Segurança impetrado no dia 19 de setembro pelo Sindjus para assegurar a proposta orçamentária apresentada pelo Judiciário. A solicitação do relator do MS, ministro Luiz Fux, foi recebida na PGR no dia 7 de outubro. Portanto, o prazo de 10 dias já expirou.

Na carta, o Sindjus explica a situação dos servidores do Judiciário que estão há cinco anos sem receber qualquer reajuste salarial em razão da intransigência do Poder Executivo. Expõe também que a aprovação do PL 6613 está condicionada à inclusão do mesmo na LOA-2012 e que por isso a posição favorável do PGR no que diz respeito ao MS é fundamental tanto para assegurar os recursos para viabilização do nosso projeto quanto para preservar a autonomia constitucional do Judiciário.

Os coordenadores do Sindjus, bem como os advogados da entidade, colocaram-se à disposição do PGR para qualquer esclarecimento. Até o fechamento deste boletim, Roberto Gurgel não havia se pronunciado a respeito.